

WERNECK, Alexandre. "Sociologia da moral como sociologia da agência". *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 36, pp. 704-718, Dezembro de 2013. ISSN 1676-8965.

DOSSIÊ

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>

Sociologia da moral como sociologia da agência

Alexandre Werneck

Resumo: O objetivo deste texto é refletir sobre o papel desempenhado pelo tema da agência – relida do ponto de vista pragmatista como *actância* – na sociologia da moral. Embora as teorias *compreensivas* sobre a moralidade privilegiem a capacidade decisória dos atores a respeito de suas próprias ações como informação antropológica basal, outra dimensão da capacidade moral se mostra especialmente relevante: a utilização da agência do agente e da agência da estrutura não como disposições e sim como *dispositivos*, mobilizáveis conforme as gramáticas situadas da vida social os mostrem necessários e cabíveis. Nesse quadro, os dois operadores clássicos da *accountability* social, a justificação e a desculpa, podem ser lidos não apenas como dispositivos linguageiros, mas como índices de cada uma dessas agências, convenientemente operáveis conforme se recorra à universalidade (justificação, forma afirmadora da agência de si) ou à circunstância (desculpa, forma afirmadora da agência externa a si), convertendo a clássica dicotomia agente-estrutura em um par de dispositivos morais de efetivação baseados no deslocamento situado da instância decisória sobre as ações/situações. **Palavras-chave:** sociologia da moral, agência, *accounts*, efetivação

*

A cena bíblica em que Adão e Eva são expulsos do Paraíso (Gn, 3) guarda uma riquíssima e curiosa “contradição”: como é bem conhecido, o “primeiro homem” e a “primeira mulher” estão ali a serem punidos por terem comido do fruto de uma árvore que lhes havia sido interdita. Mas, para que eles possam ser culpabilizados, é preciso, evidentemente, reconhecer o livre-arbítrio dos dois. Afinal, o Criador em pessoa os havia colocado o mandamento de não comer da “árvore que está no meio do jardim” e o fazer só poderia ser pensado como um ato de flagrante e impertinente desobediência. Entretanto, eis que o fruto que eles tomaram é justamente o da Árvore do Conhecimento do Bem e do Mal, exatamente aquele que, se consumido, confere a quem o comeu a faculdade de conhecer o que é bom e o que é mau, de discernir entre os dois. Ora, se desconheciam os dois polos da avaliação moral, não tinham como saber, por si mesmos, se deviam ou não comer da árvore. Tudo de que dispunham, então, era a norma, uma imposição externa a suas capacidades de julgamento: não comerás do fruto – sob ameaça de que morrerão se o fizerem. Ao mesmo tempo, eles são punidos pela tomada de decisão de dar ouvidos à serpente, “o mais astuto de todos os animais do jardim que Javé Deus tinha criado”.¹ Em síntese, o pecado de comer da Árvore do Conhecimento

¹ Analiso essa aparente contradição em meu estudo sobre a desculpa (Werneck, 2012, p. 21-25).

mento do Bem e do Mal não pode não ter como principal consequência produzir justamente a capacidade de saber que comer dessa própria árvore é pecado.

Pois é impressionantemente emblemática essa contradição entre livre-arbítrio e tensão bem/mal surgir em um texto como esse, que deseja conquistar o posto de mito de origem ao mesmo tempo da moralidade e da capacidade de decisão própria,² em especial do ponto de vista de uma análise da *moral na vida social*. Isso porque, olhada de certo ângulo, no final das contas, toda *sociologia da moral* será uma *sociologia da agência*. Parece ser um traço central da colocação em prática da capacidade de avaliação moral tão inerente a nós, atores sociais: quando alguém faz um julgamento moral de outrem e/ou quando chega a lançar sobre ele uma crítica ou mesmo uma acusação, o que está fazendo é apontando para a capacidade do outro de decidir conscientemente pela linha de ação que resultou no problema julgado e/ou criticado/acusado. Em outras palavras, na nossa cabeça, o outro sabia muito bem o que estava fazendo.

É praticamente desnecessário apontar a importância da agência para a sociologia: é simplesmente a mais clássica das questões sociológicas. De fato, aparece como ponto central em todos os clássicos – mesmo quando surge como questão recusada – e serviu de ponto de apoio para vários movimentos pendulares (entre o polo do agente e o da estrutura) de construção de vários modelos posteriores, definidos justamente pela posição nesse debate. Além disso, não deixa de ser a base de uma série de enquadramentos que, desde o final do século XIX e ao longo do século XX, se propuseram especialmente a *ultrapassar* essa dicotomia.³ Da mesma maneira, apontar a importância e os desenrolares da questão da moral na sociologia é tão desnecessário quanto por demais extenso para os objetivos deste texto⁴. Nem mesmo seria necessário lembrar que ela também alimentou a observação e a imaginação de cada um dos grandes clássicos e que serviu de elemento-chave para quase todo modelo que a eles se seguiu. Mas gostaria de retomar aqui rapidamente a validade dessas duas temáticas para, associando-as respectivamente a duas tradições, também interligadas, apontar a forma peculiar como elas estão articuladas e demonstrar como essa articulação é extremamente reveladora para análise do papel da moral na vida social.

A primeira tradição, pelo lado da agência, é o “situcionismo metodológico” (CICOUREL, 1964; KNORR-CETINA, 1981; COLLINS, 1981; JOSEPH, 2000), iniciado pelo pragmatismo filosófico de Charles S. Peirce, William James e, na análise do social, em George Herbert Mead e William I. Thomas – este último, autor da máxima de que “se os homens definem as situações como reais, elas são reais em suas consequências” (THOMAS e THOMAS, 1938 [1928], p. 572) –, continuando com seus seguidores – em especial na Escola de Chicago – e que ultrapassa a dicotomia agente-estrutura com a eleição de uma unidade analítica diferente da origem decisória das ações; a saber, a *situação*. Para essa linhagem, a sociologia é sociologia da *agência dos atores*.

A outra tradição, pelo lado da moral, é fundada por Max Weber, com sua abordagem *compreensiva*, centrada no deslocamento dos *valores* para a posição de unidade analítica. Como se sabe, Weber (2001[1904]), ao considerar que todo humano possui valores e que os usar para se aproximar do mundo é inevitável, mesmo para um cientista, questiona-se como tornar possível a objetividade (a possibilidade de analisar os fenômenos sociais de forma científica isenta de julgamentos morais) e sugere como solução a criação de um novo valor e sua promoção à posição de valor superior, de modo a tirar proveito da faculdade valorativa dos homens em favor da própria objetividade. Esse valor é a *compreensão*, segundo a qual a análise considerará exatamente os valores como objeto, tor-

² Essa alusão é evidentemente alegórica e não possui nenhuma intenção teológica. Mas é ao mesmo tempo verdade que a observação atenta de qualquer grande religião revelará certamente o mito da construção da moralidade entre seus pontos mais básicos. Para mais a esse respeito, ver Graves e Patai (1963). Do ponto de vista sociológico, isso indica a importância atribuída a esse par – e a própria formação dele – para a forma como os atores sociais há muito constroem suas lógicas morais.

³ Entre os quais podemos destacar os interacionismos europeu (Simmel) e americano (de linhagem pós-Mead), como os mais clássicos, além do (pós-)estruturalismo construtivista de Bourdieu; o figuracionismo de Norbert Elias; a Teoria da Estruturação de Anthony Giddens; e, mais recentemente, a morfogenética de Margareth Archer. Evidentemente, os modelos situacionistas metodológicos também ultrapassam essa dicotomia. Mas, como demonstrarei aqui, o modelo pragmatista oferece um elemento a mais para a equação, a possibilidade de considerar que embora a dicotomia possa não ser a coisa mais relevante analiticamente, ela pode sê-lo para os atores e pode ser considerada em termos de sua actância, isto é, dispositivamente.

⁴ Para um resumo bastante completo, ver Abend (2010).

nando a análise o mapeamento de conteúdos que conferem sentido às ações sociais.⁵ Podemos dizer que, para Weber, a sociologia é sociologia da moral.

Essas duas vertentes, entrecruzadas em vários pontos, alimentam uma outra, situacionista e compreensiva, e merecedora do título de arcabouço da sociologia da moral, passando pelo trabalho de C. Wright Mills (especialmente dedicado à associação entre Weber e o pragmatismo)⁶, pela sociologia fenomenológica de Alfred Schütz, a etnometodologia de Harold Garfinkel e o novo pragmatismo francês de Michel Callon e Bruno Latour e Luc Boltanski e Laurent Thévenot, além de seus colegas e seguidores.⁷ E embora cada um uma visão particular, todos esses modelos tomam como pressuposto a afirmação dos atores sociais como – a expressão de Garfinkel (1967) é a síntese mais feliz – “agentes competentes”. O ponto central a unir todos esses enquadramentos é que a agência, neles, é construída, antes de mais nada, como *agência moral*: o livre-arbítrio que os atores possuem é *para julgar*.

E já que falamos em *agência competente*, podemos dizer que essa agência moral adquire a forma de um operador lógico, a *competência* – que ganhará variados nomes em diferentes modelos. Esse operador se distende entre dois sentidos, como dado cognitivo e como forma operativa. O primeiro significado é aquele que pode ser sintetizado pela *etnometodologia*: a partir de uma afirmação que se tornou célebre, praticamente seu cartão de visitas, Harold Garfinkel faz uma crítica severa à ideia de que os atores sociais são determinados por uma estrutura: “Não somos dopados culturais” (GARFINKEL, 1963). A abordagem etnometodológica propõe que os atores sociais podem, como vimos, ser entendidos como “agentes competentes”, ou seja, como seres dotados de capacidade de julgamento das ações.⁸ As deles e as dos outros. Segundo ele (1967, pp. 32-33), “membros de um arranjo organizado estão constantemente engajados em ter que decidir, reconhecer, persuadir ou tornar evidente o caráter racional, isto é, coerente, ou consistente, ou escolhido, ou planejado, ou efetivo, ou metódico, ou informado, de atividades e de seus questionamentos”. Isso volta a análise sociológica para a ideia de que, competentes, os atores sociais “cobram” lógica, coerência, alguma forma de racionalidade, das ações uns dos outros. Diferentemente, então, das teorias segundo as quais as pessoas têm suas ações moldadas por determinantes da estrutura social, a etnometodologia nos considera como indivíduos capazes de observar as ações uns dos outros e as avaliar, desenhamo uma vida social composta por uma fenomenologia de ações e situações mútua e constantemente em questão. A competência, então, aqui, é uma informação sobre a forma como cada um de nós se constitui como ente social, a partir de uma capacidade de olhar para os lados e, enxergando-se, enxergar os outros, sem com isso ser guiado por alguma força externa determinante.

A outra forma é aquela que pode ser sintetizada pelo modelo da economia das grandezas (*économies de la grandeur*, EG) proposto por Boltanski e Thévenot nos anos 1980. Construído a partir de uma crítica à abordagem de Pierre Bourdieu, que para eles negligenciaria as potencialidades dos atores para criticar e, com isso, opondo-se à dominação, o quadro por eles proposto constrói a afirmação da agência por meio das cores de uma “capacidade crítica” (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1983; 1999), construindo uma passagem da *sociologia crítica* (bourdieusiana) para uma *sociologia da crítica* (BOLTANSKI, 1990a; 2009). Essa capacidade, que assume a forma de informação antropológica que a competência assumia em Garfinkel, é aqui acessado por um tipo mecanístico de competência: inspirados na linguística generativa de Noam Chomsky, por meio da releitura da mesma pela antropologia da ciência de Latour (1979; 1985; 1997 [1987]), eles entendem competência como uma faculdade apresentada pelos atores para a desenvoltura em uma determinada lógica de ação; ou, como preferem eles próprios (1991, p. 183), “uma capacidade de reconhecer a natureza de uma situação e de pôr em ação o princípio (...) que a ela corresponde”. Ou ainda, como tenho preferido apresentar, não como traço reconhecido como princípio cognitivo nas pessoas, e sim

⁵ Para uma boa exploração dos limites lógicos dessa operação – que acaba por ratificá-la, considerando sua extrema criatividade e efetividade, ver Brubaker (1984).

⁶ Ver Wright Mills (1940). Além do artigo, baseado na problemática dos motivos de Weber, aproximando sua leitura da do pragmatismo, ele ainda organizou e traduziu (com H. H. Gerth) a primeira tradução do clássico alemão nos EUA, em 1946. Sobre a relação direta do americano com o pragmatismo, que foi inclusive tema de seu PhD, ver Wright Mills (1966).

⁷ Além deles, cabe registrar ainda a contribuição de Isaac Joseph (e, depois dele, Daniel Cefaï), mais ligados ao pragmatismo americano original de James, Mead e John Dewey, e cujo trabalho igualmente municia a sociologia da moral.

⁸ Para a influência de Schütz sobre a etnometodologia, ver Werneck (2012, pp. 77-81) e Heritage (2011).

como traço demonstrado nas próprias ações localizadas, apontando para sua alocação em determinada gramática actancial moral, com desenvoltura em regras que verificam critérios de efetividade da ação. Em outras palavras, é o critério nela procurado quando se verifica se ela pode ou não ser admitida.

Esses dois exemplos de modelos chamam atenção para como a agência dos atores ganha operacionalidade forte em enquadramentos situacionistas quando se trata de falar da moral. Mas quero chamar atenção aqui para uma outra dimensão dessa agência. O objetivo deste texto, assim, é propor um outro deslocamento da clássica dicotomia agente-estrutura. Mais que isso, a ideia é pensar como a sociologia da moral é conversora dessa dicotomia em uma verdadeira mecânica, segundo a qual esses polos passam a ser nem princípios explicativos nem figuras reificáveis (como nas concepções que consideram “sociedade” e “identidade” como coisas). Em vez disso, a proposta deste trabalho é mostrar como esses polos podem ser entendidos como *dispositivos*, mobilizáveis conforme as situações demandem dos actantes mais ou menos de um ou do outro.

Sociologia moral como economia dos dispositivos de concentração de actância

A afirmação, então é a seguinte: se, tomados como modelos de descrição e explicação da maneira como funciona a genética da vida social, agência do agente e agência da estrutura são realidades opostas mutuamente anuláveis, elas podem, por outro lado, ser consideradas como representações, que os próprios atores sociais – do lado de fora da análise – utilizam para entender o mundo. E, como representações, visões de mundo que habitam nossas cabeças, podem ser também abstrações de que podemos lançar mão para *efetivar* (WERNECK, 2012) nossas ações e as situações em que estamos inseridos. Porque, afinal, é perfeitamente cabível que se diga que se fez algo, em um momento, *porque algo mais forte que eu atuou sobre mim* ou, em outro momento, *porque eu queria fazer e agir como eu bem entendia*. Isso, conforme seja melhor, dê mais certo, dizer um ou o outro. Isso permite pensar esses princípios em outra condição, como aparatos de uma caixa de ferramentas moral, isto é, como *dispositivos* morais.

O conceito de dispositivo tem despertado grande interesse na teoria sociológica contemporânea, em especial aquela de cunho pragmatista,⁹ mais especialmente a partir dos trabalhos de Bruno Latour e Michel Callon com a teoria dos atores-rede, mas também na abordagem da EG e no trabalho “pragmatista reflexivo” de Francis Chateauraynaud. Ao mesmo tempo, o conceito passou, nos últimos tempos, em vários autores, por grandes transformações, de uma perspectiva estrutural para uma interacional e, sobretudo, situacional.¹⁰ Até mesmo em Foucault, onde dizia respeito a aparatos de *concretização* das estruturas abstratas de poder, o conceito passou a dizer respeito a formas cada vez menos disciplinares e passou a traduzir uma agência estratégica (FOUCAULT, 1994). Trata-se, então, de deixar de lado uma abordagem baseada nas disposições, traços incorporados, fixos e definidores dos atores sociais e que se tornam determinadores de suas ações, privilegiando-se, em vez disso, o situacionismo metodológico e se falando em uma gestão da vida social por meio de aparatos situacionalmente operados, como “coisas que funcionam” (PEETERS e CHARLIER, 1999). No pragmatismo, essa perspectiva se encontra ainda com a ideia de gramática, que, como a de competência também oriunda da linguística generativa, apresenta as lógicas contextuais não como normatividades inelutáveis, regramentos prescritivos, mas como desafios, conjuntos de indicações restritivas e/ou parcialmente prescritivas que levam os atores a agir estrategicamente. Nesse sentido, o dispositivo se torna *uma coisa do qual da qual se pode lançar mão, algo que pode ser mobilizado* para lidar com os desafios gramaticais. É, então, algo que adquire um sentido centrado na agência dos atores, indivíduos autônomos que fazem escolhas de direcionamento das ações, e da vida social como encontro de indivíduos dotados de agência competente (SCHÜTZ, 194; GARFINKEL, 1967; BOLTANSKI e THÉVENOT, 1983), sem configurar individualismo metodológico ou uma primazia do interesse. Agir no social, dessa maneira, passa a ser se deparar com os desafios situacionais e lançar mão competentemente de coisas do mundo para dar conta das ações/situações. Pois como são dimensões da agência, da capacidade de decidir por si o curso da ação, aqueles dois polos genéticos devem ser pensados como dispositivos de uma operação específica, aquela segundo a qual se define e desenha uma meta-situação formal, de avaliação moral, segundo a qual se torna efetiva a tomada de um caminho de determinação ou outro para efetivar uma outra situação, esta

⁹ Para uma síntese desse interesse, ver Peeters e Charlier (1999).

¹⁰ Ver De Certeau (1994; 2000) e Thévenot (1994).

do mundo, que esteja em questão. Eles passam, assim, a ser algo que podemos chamar de dispositivos de configuração da agência. Ou, melhor, como quero construir agora, *dispositivos de configuração da actância*.

O conceito de *actante*, por sua vez, ocupa um espaço privilegiado no modelo semiótico do linguista lituano Algirdas Greimas, em seu quadro conceitual dedicado a analisar narrativas, a narratologia. Segundo ele, o actante é aquele ou aquilo que pratica um ato e que *faz diferença na narrativa*. Trata-se de um ente dotado de capacidade determinadora de suas ações, influenciando as ações de outros. E esse ente pode ser de qualquer natureza, uma pessoa, um animal, um objeto, uma ideia. Latour se utiliza da ideia de Greimas no modelo dos atores-rede, a fim de construir logicamente a *simetrização*, inclusão de todos os entes contidos em uma situação em um mesmo plano analítico, não os diferenciando em termos de agência, ou melhor, de *actância* (o que permitiu analisar os seres humanos e os não humanos em um mesmo quadro). Por sua vez, em sua discussão sobre a denúncia pública, Boltanski (1990b, pp. 253-356) constrói uma forma abstrata para dar conta das situações de denúncia, a forma caso (*forme affaire*), figura situacional formal segundo a qual se dão disputas em torno da possibilidade de generalização de reivindicações e constituída como um *sistema actancial*, com actantes definidos e, portanto, com o reconhecimento da *actância*, a potencialidade não simplesmente de decisão a respeito do que faz, mas, sobretudo, de influência no quadro situacional.

Essa opção pela situação como unidade analítica permite enxergar a actância por uma geometria distinta daquela da pergunta sobre a *origem* das ações. Com a situação, uma configuração de elementos, uma disposição de peças em um plano, estamos diante de outra pergunta: o que permite que aquela configuração, posta como está, produza consequências, isto é, se concretize socialmente? Essa pergunta faz retornar ao mesmo tempo à máxima de Thomas e à questão-chave da sociologia weberiana, a dos sentidos das ações: com a economia dos motivos conferindo sentido típico-idealmente visado (como se *a priori* fossem), depreende-se um modelo de análise segundo o qual o que está em questão é uma espécie de aprovação dos outros para que uma ação possa ser. Afinal, a própria definição de ação social de Weber diz respeito à influência de/sobre os outros. A situação induz uma versão desse questionamento aberta para a multiplicidade de possibilidades gerada pela configuração de elementos – como se estivéssemos diante de um tabuleiro de jogo pronto a se iniciar e cujas consequências é que o tornam “reais”. De modo que a questão passa a ser não o que torna uma ação legítima, mas o que torna uma situação, como tenho preferido chamar (WERNECK, 2012), *efetiva*, capaz de produzir efeitos, consequências. A situação, dessa maneira, é um *setting* ao mesmo tempo do *acontecimento*, da *experiência*, da própria vida social em sua fenomenologia, e da moral, do aparato de verificação pelos actantes da efetividade – em termos de bem (Idem) – do que acontece.

E essa avaliação de efetividade está diretamente ligada à actância, à capacidade de influir e, nesse sentido, justamente de inseminar consequências – actância e efetividade estão intimamente ligadas. O modelo da EG é uma ótima demonstração disso: ao se centrar não em entes definidos, mas sim em estados (potencialmente temporários) ocupados pelos mesmos nas situações – definindo, por exemplo, não pessoas, mas “estados-pessoas” – e ao reconhecer que os estados são experimentados na prática pelos atores sociais como posições hierárquicas, o quadro define as posições ocupadas pelos atores nas situações como *grandezas* e as situações efetivas como aquelas nas quais as grandezas são “justificadas” (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1987, 1991), isto é, que podem ser traduzidas em alguma forma ideal de bem comum. Em um modelo centrado na efetividade, extensivamente, as grandezas acabam por se provar como formas concentradas da actância, uma vez que, quando efetivas, provam-se como elementos determinantes da configuração situacional capaz de gerar efeitos, ter influência.

E uma vez que enxerguemos que é o *bem* o princípio substantivo de efetivação e que – como já demonstrei em meu trabalho sobre o papel da desculpa na vida social, no qual modelizo uma geometria pragmatista de outro grau de abstração em relação ao modelo da EG (WERNECK, 2012) – a questão do julgamento moral é o direcionamento do bem (que, nesse sentido, representa a própria grandeza), a sociologia da moral configura-se como uma verdadeira economia dos recursos de mobilização de actância e a efetivação, seu fenômeno-chave, sua microeconomia, já que seu mote é justamente a administração de seu recurso escasso nominal – o bem – por meio da operacionalização de dispositivos.

‘Accounts’ como os dispositivos privilegiados de uma vida social mutuamente moralizada

A forma proposta por Boltanski e Thévenot como operador da legitimação das situações, a justificação, é, mais classicamente, um *account*, um “dispositivo linguístico empregado sempre que se sujeita uma ação a uma indagação valorativa” ou uma “afirmação feita por um ator social para explicar um comportamento imprevisto ou impróprio – seja este comportamento seu ou de outra pessoa, quer o motivo imediato para a afirmação parta do próprio ator ou de alguém mais”, como propõem Scott e Lyman (2008 [1968], p. 140). Essa definição é prontamente tributária da descrição inaugural de John L. Austin (1979 [1956-1957]) para esse tipo de dispositivo, em sua discussão sobre a desculpa, que forma com a justificação a galeria de tipos de *accounts*.

Esses dois tipos, *justificação* e *desculpa*, desenham uma vida social marcada por aquela exigência de racionalidade contida nas tradições que analisamos e, mais que isso, por uma perene operação de “cobrança” e “prestação de contas” (*account*) uns aos outros. Os *accounts* trilham um caminho importante na sociologia americana desde Wright Mills, mas, passando por Austin, e com Garfinkel e, em paralelo com o interacionismo construcionista mais bem representado pela *labeling theory* (BECKER, 2008 [1963]),¹¹ se tornariam uma variável analítica das mais relevantes.

Pois bem, justificação e desculpa. Esses dois dispositivos linguageiros¹² são antes de tudo dispositivos de resposta a julgamentos morais, surgem diante de críticas e/ou acusações. E se, como disse antes, toda crítica ou acusação é uma afirmação de agência mal usada, uma sugestão de que o outro tinha controle sobre o que estava acontecendo, as respostas a elas operam de forma reativa justamente a essa afirmação. Se não, vejamos: segundo Scott e Lyman, justificações são *accounts* em que “alguém aceita a responsabilidade pelo ato em questão, mas renega a qualificação pejorativa associada a tal ato” (2008 [1968], p. 141); desculpas, por sua vez, aqueles *accounts* em que “alguém admite que o ato em questão seja ruim, errado ou inapropriado, mas nega ter plena responsabilidade sobre ele” (2008 [1968], p. 141). Assim, na justificação, o ator diz: eu sabia exatamente o que estava fazendo, eu era o actante de actância efetiva, e justamente por isso o que eu fiz estava certo; na desculpa, ele diz: o que fiz foi errado, mas eu não sabia o que estava fazendo, não tive actância efetiva, porque outra coisa/pessoa a teve e, por isso, foi mais forte que eu para determinar o desenrolar da situação. Nesses dois casos, o que temos em mente é uma volta ao passado, a fim de reescrever o que aconteceu de maneira diferente daquela descrita pelo crítico/acusador. E essa reescrita é exatamente baseada em uma “correção” no item referente ao controle sobre o curso dos eventos: *eu tinha controle sobre minhas ações e você estava errado em narrar a situação me apontando como errado* ou *eu não tinha controle sobre minhas ações e você estava errado em narra a situação me apontando como errado*. Os dois tipos de prestação de contas, de satisfações dadas aos outros, podem ser lidos, assim, como índices de cada um dos polos agenciais que já descrevemos. Mas não como demonstrações de que são eles os princípios basais da origem energética do que foi feito, e sim como aparatos convenientemente operáveis conforme se recorra aos princípios constitutivos de suas mecânicas específicas. Mecânicas, então:

1) Justificação: se si pode “renegar a qualificação pejorativa de um ato” é porque, no caso, para o criticado/acusado uma crítica/acusação foi feita de forma *injusta*, isto é, baseada em um princípio universal que não corresponde àquele usado por ele para tornar efetiva sua ação. Pois esta é a base de uma justificação: a adequação entre um conjunto de dispositivos e algum princípio abstrato universalizável – de maneira situada, mas universalizável ainda assim.¹³ Segundo Boltanski e Thévenot (1999, p. 360), situações de crítica tem como característica primeira o fato de que “as pessoas nelas envolvidas estão sujeitas a um imperativo de justificação. Aquele que critica outras pessoas tem que produzir justificações para sustentar suas críticas, assim como alguém que seja alvo de críticas tem que justificar suas ações para defender sua causa”. Esse imperativo contém ele próprio um imperativo, interno: na justificação, tanto a crítica quanto a defesa dependem de um procedimento de

¹¹ Para uma apresentação e uma discussão sobre a *labeling*, ver Werneck (2013).

¹² Prefiro chamar esse tipo de dispositivo de *linguageiro* em vez de *linguístico*, como alguns autores nomeiam – e como está, aliás, demarcado originalmente em Scott e Lyman e na tradução brasileira de seu texto. Afinal, enquanto *linguageiro* é referente à linguagem, uma substância, *linguístico* é referente à linguística, uma disciplina. E não estamos aqui de posse de dispositivos de análise da linguagem (como seria, por exemplo, qualquer categoria sintática ou morfológica) e sim de dispositivos cuja própria materialidade é a linguagem.

¹³ Boltanski e Thévenot propõem um quadro mais ou menos limitado (mas potencialmente ampliável) de metafísicas morais estabelecidas, consagradas, na vida moderna, que eles chamam de *cités*. Para a galeria dessas *cités*, que correspondem a línguas morais de bem comum, ver Boltanski e Thévenot (1999, p. 368).

comprovação: os atores que defendem estar de acordo com algum princípio de bem comum, precisam apresentar *provas*, objetos do mundo (dispositivos, portanto) que interliguem a situação e as grandezas a serem justificadas (ou criticadas) com uma metafísica moral reconhecida. Essas provas são, no final de contas, formas incorporais do *universal*, dispositivos preenchidos de princípios metafísicos morais, voltadas para a *afirmação situada da agência de si*.

2) Desculpas: se si pode “recusar a responsabilidade sobre as consequências pejorativas de um ato”, mesmo que se reconheça o quão pejorativas elas são,¹⁴ é porque o caso, para o criticado/acusado, corresponde a uma crítica/acusação que, ao se fixar no universalismo ideal-utópico da regra, não levou em consideração uma circunstância, um traço específico daquela situação ou de algum actante nela envolvido, que a torna peculiar o suficiente para, especificamente naquele momento, não se respeitar o princípio em questão. Conforme demonstrei (WERNECK, 2012), essa forma de prestação de contas se baseia no afastamento do universal, deslocando-se para longe do *setting* de discussão de princípios e provas. A desculpa é operada segundo duas formas, distinguidas justamente pela substância sobre a qual atua sua torção efetivadora. Em um tipo, a desculpa do “não era eu”, a circunstância apontada tem lugar em uma alteração do curso de ação prevista do ator, de modo que se cria uma partição temporal entre aquele que o ator sempre é e aquele que ele foi temporariamente quando praticou a ação – por exemplo, por estar nervoso, bêbado, “fora de si”, ou por não ser mesmo ele o responsável pelo ocorrido, já que alguém o levou a fazer o que fez (como Adão no mito bíblico, que afirma ter sido Eva a culpada por ele ter comido da árvore proibida). No outro tipo, a desculpa do “é assim mesmo”, a circunstância apontada se manifesta em uma alteração do curso de ação prevista da própria situação, de modo que se cria uma partição entre a situação normal e uma normalidade outra, revelada na desculpa, e segundo a qual o ocorrido é circunstancialmente aceitável – por exemplo, quando se faz algo que “todo mundo faz” apesar de “todo mundo” dizer ser errado (como passar por um sinal vermelho “que ninguém respeita” ou ao se dizer que se chega atrasado porque “nunca consigo acordar na hora”). Nos dois casos, toda a operação de efetivação passa por aquele retorno ao passado para reescrevê-lo em outras bases, mas mantendo o conteúdo substantivo do ocorrido, sua substância: aquele que não era eu, era eu e teve apenas seu *estado* alterado; aquilo que ocorre de determinada maneira imprevista em determinadas circunstâncias o foi porque *é* assim mesmo, ou seja, é um estado da realidade que se permite manifestar circunstancialmente. Em qualquer um dos casos, trata-se de *uma forma que afirma a agência externa a si*.

Essas formas chamam, assim, atenção para a flexibilidade segundo a qual os atores podem lançar mão da agência não a partir do fato de ela ser uma característica intrínseca deles ou da estrutura, mas sim de acordo com as condições específicas da situação. Isso não quer dizer que a *accountability* social corresponda a uma retórica. Ela é antes uma atividade gramaticalmente orientada pelas demandas situacionais e segundo metafísicas morais que guiem e ofereçam sustentação a diferentes formas de efetivação, sejam elas justificações ou desculpas. Assim, o livre-arbítrio e a determinação estrutural erguem-se como recursos de desenvoltura.

Críticas x acusações

Uma acusação opera um movimento moral de estabelecimento de papéis: de um lado, alguém que se investe do direito (e do dever, por que não?) de apontar o outro como a “causa” de uma negatividade. A etimologia ajuda a ter uma imagem clara de suas capacidades: vem do latim *accusare*, formado por *ad*, contra, e *causari*, apontar como causa. Mas, para além da origem da palavra, o sentido de acusar é perceptível: ela, para funcionar, depende de um dispositivo cognitivo específico, a *culpa*. Sobre ela, Austin (p. 181), diz que

Pelo menos duas coisas parecem se confundir nesse termo. Por vezes, quando se culpa X por fazer A, digamos por quebrar um vaso, é uma questão simplesmente ou principalmente de minha *desaprovação* a A, quebrar o vaso, o que, *sem dúvida*, X fez: mas o que por vezes o-

¹⁴ Este é um ponto fulcral sobre as desculpas: diferentemente do que se poderia pensar baseando-se no senso comum – marcado por “desculpas esfarrapadas” –, esse account não representa desengajamento moral. Muito pelo contrário, ele demonstra um claro engajamento ao princípio usado para a crítica/acusação, já que reconhece o caráter negativo do ato. Diferentemente do caso da justificação, a desculpa não promove uma discussão de princípios.

corre, em vez disso, é simples e principalmente meu *profundo sentimento* de que X é responsável por A, o que *inquestionavelmente* foi ruim¹⁵.

Para ele, então, há duas dimensões na culpa: a *indiscutibilidade* e a *intensidade*. Quando se atribui culpa a alguém, está-se afirmando que algo *grave* foi *inegavelmente* feito por ele. A acusação, então, é estruturada em torno de um operador que torna a causalidade uma operação moral simplificadora da complexidade das situações: só há duas possibilidades em uma situação de acusação: *culpa* ou *não culpa*. De maneira que ela é centrada na *punibilidade*, ou seja, em uma operação de simplificação das possibilidades de interação com aquele que praticou a ação reduzidas à reação compensatória do sofrimento pelo ato cometido: quando não há mais o que discutir, a gravidade do ato produz um imperativo de punibilidade. Porque a culpa afirma a *agência* dos atores, chama a atenção para seu *controle* sobre a situação e para sua *opção* por fazer algo errado. De maneira que não resta alternativa senão puni-lo, já que é indiscutível que ele praticou uma ação negativa. Como diz McEvoy (1995, p. 17), “o que é uma acusação senão um meio de defender o mau tratamento do acusado?”

Pois quando fazem sua definição de desculpa, Scott e Lyman chamam a atenção, relembremos, para um outro operador: a *responsabilidade*. E esse operador está ligado a outra prática, distinta da acusação: é justamente a *crítica*, tão cara ao modelo da EG. A crítica representa um momento especial na vida social, um momento, como mostram Boltanski e Thévenot, de descontinuidade em uma rotina de não questionamento das ações no entorno. Trata-se de um momento no tempo no qual, segundo eles (1999, p. 359), “pessoas, envolvidas em relações cotidianas, que estejam fazendo coisas juntas (...) e que têm de coordenar suas ações, chegam à conclusão de que algo está errado; de que eles não podem manter-se daquela forma por mais tempo; de que algo deve mudar”, e a partir do qual

a pessoa que se dá conta de que algo não está funcionando raramente permanece em silêncio. Ela não guarda seus sentimentos para si. O momento em que se dá conta de que algo não está funcionando é, na maioria das vezes, aquele em que percebe não poder mais suportar esse estado de coisas. A pessoa deve, por essa razão, expressar descontentamento em relação às outras com quem estivera desempenhando, até então, uma ação conjunta.

Trata-se, então, assim como a acusação, de uma forma de apontar o dedo para o outro e indicar a relação entre ele e o ocorrido, negativizando-o moralmente. Estamos diante de uma *cena* na qual tem lugar uma manifestação forte de discordância, chamando-se atenção para uma *diferença de posições*.

Do ponto de vista operacional, a responsabilidade diz respeito à associação direta entre agente e ação, apontando-se o caráter problemático do feito, de modo que a questão aberta em uma responsabilização recai sobre o sentido da ação. A responsabilidade – e, portanto, a crítica – pergunta ao agente que sentido ele dá para uma ação a princípio sem sentido.

Esse sentido, pensado como uma operação mental, abstrata, assume uma forma linguageira, expressiva, o motivo. Como mostra C. Wright Mills (1940), estamos falando, weberianamente, de “um complexo de significado subjetivo que parece ao próprio ator ou ao observador uma sustentação adequada à conduta em questão”, sendo possível, então, fazer uma sociologia dos “vocabulários de motivos”, um tratamento segundo o qual se possam pensar diferentes *línguas*, nas quais os motivos possam ser alocados, configurando uma tipologia de orientações de sentido para as ações que pode ser facilmente pensada como um conjunto de formas de falar a ação para que elas possam ser consideradas legítimas.

Uma perspectiva *compreensiva* como essa permite pensar que uma crítica é um procedimento segundo o qual se aponta a falta de sentido de uma ação. Essa falta de sentido se baseia na aposta de que, na determinada situação, o crítico imaginava que produzir sentido corresponderia a estar de acordo com determinado vocabulário de motivos, ou, em outras palavras, corresponderia a estar de acordo com uma moral.

A crítica, então, aponta para o criticado a *responsabilidade* de *dar sentido* à situação, ou seja, para uma obrigação de oferecer uma resposta sobre a motivação do que fez. A etimologia do termo é indicativa aqui também: “responsável” vem do francês *responsable*, derivado do verbo latino *respondere*, “afirmar, assegurar, responder”. Ela é, assim, estruturalmente, um jogo aberto, uma abertura à negociação: se a ação parece inócua, ela o é porque não foi falada (ou seja, agida) na língua de

¹⁵ Grifos meus.

sustentação que se esperava que se usasse em determinado caso. Partimos, assim, do pressuposto de que os envolvidos reconhecem a existência e a validade de uma *pluralidade* desses vocabulários morais e uma possibilidade comum de mobilização de alguns deles em uma mesma situação, de modo que a questão é a expectativa em torno das apresentações de sustentações cabíveis para o que se fez, o que chama a atenção para que o horizonte potencial da crítica é a paz, já que ela convida à negociação. Trata-se de um dispositivo de administração da *conflictualidade* tipicamente *moderno*, uma gestão das diferenças entre os homens por meio de um espaço de disputas regradas em torno dos sentidos das ações. A responsabilização é um recurso do *dever*, que lança sobre o criticado a lembrança de um compromisso: caso se queira pertencer a esse meio, a vida social, é preciso se explicar, *dar conta* do que fez, e de forma expressiva *legível*, *compreensível*, para os outros. A aposta da crítica, então, é que todos nós, diante de uma admoestação como ela, somos lembrados de nossa responsabilidade com o mundo ao sermos responsabilizados pela falta de sentido do que aconteceu e pelo próprio acontecimento em si: fomos nós que o causamos, logo somos nós que devemos dar-lhe sentido.

Pois bem, essa responsabilização pode também ser (e talvez na maioria das vezes seja) operacionalizada segundo um procedimento particular: uma crítica pode ser mobilizada adotando-se como ponto de partida uma pretensão de universalidade do *princípio moral*, do vocabulário de motivo, usado como base da responsabilidade. Ou seja, trata-se de uma operação na qual o pluralismo de gramáticas morais compreendido pelos atores em geral é reduzido a uma unidade lógica por uma *reificação* de uma das gramáticas como absoluta, indiscutível, ideal. É justamente essa a operação mobilizada na acusação, o que mostra que ela é, na verdade, um caso particular, uma forma radicalizada, da crítica. Nesse caso, trata-se de construir um tom *acusatorial* para a admoestação: ali, pressupõe-se que tanto o criticado (acusado) quanto aqueles no entorno reconhecem como legítimo e indiscutível o princípio moral considerado pelo crítico (acusador) como desrespeitado. É por conta disso, por sua pretensão à indiscutibilidade, que ela será operacionalizada(ora/a) da/pela culpa, ou seja, a demanda pelo estabelecimento de umnexo entre a ação e sua necessária punição (e não apenas sua explicação, como na responsabilidade). Evidentemente, o exemplo-limite é a acusação de crime: a lei tem justamente essa pretensão de universalidade. Dessa maneira, a crítica feita a alguém que praticou um ato criminalizado está no horizonte dessa indiscutibilidade da negatividade moral do ato. E, diferentemente do caso geral da crítica, aqui não estamos diante de um pedido de explicações. A acusação, em vez disso, procede uma declaração de *necessária punição*. O centro da situação de acusação não é a disputa em torno dos elementos de um acordo. É, em vez disso, a legitimidade – a necessidade mesmo – da punição. A situação que resulta em uma desculpa, então, segundo a definição clássica de Austin, parte dessa pretensão acusatorial de que se investe o ator “ofendido”. Ou seja, parte de um procedimento de *reificação*: aquela que busca ocultar o caráter negociável das disputas morais.

Conclusão: de uma perspectiva contensiva e limitadora a uma perspectiva actancial e potencializadora

Um último ponto que gostaria de explorar antes de esboçar uma conclusão diz respeito à relação entre a moral como dimensão da vida social, como dispositivo ela mesma e como faculdade cognitiva. Tenho preferido falar em *sociologia da moral*, diferenciando o quadro de referência de duas outras denominações, mais ou menos recorrentes, *sociologia moral* e *sociologia das moralidades*. Não é sem motivo. Da primeira, a diferença se faz pelo fato de a sociologia moral ter em grande parte se aproximado de uma visão moralista, aproximada da filosofia, e própria de correntes ditas críticas (o que em geral opera um prejuízo da análise em favor da prescrição, da denúncia ou da transformação do mundo); da outra, porque o termo pode ser compreendido com dois sentidos: a) como um sinônimo de gramática moral ou “vocabulário de motivos”, isto é, de lógicas delimitadas e contextualmente discretas de moral (por exemplo, como quando se diz “a moralidade dos policiais” ou “a moralidade local mudou pelo contato com as moralidades dos visitantes”); e b) como faculdade cognitiva definidora das práticas morais dos atores (por exemplo, como quando se diz que “os humanos possuem moralidade” ou “Fulano perdeu completamente a moralidade, é um selvagem”). Nesse último sentido, a moralidade pode não ser o da sociologia da moral, mas é notadamente *um* de seus temas mais relevantes e basais.

Um modelo analítico que se quer *da moral* como esse precisa partir de uma capacidade cognitiva basal, a “capacidade moral”¹⁶ (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991, p. 42), ou seja, da aposta em uma faculdade cognitiva segundo a qual é possível afirmar que, se os atores podem criticar (“capacidade crítica”), eles precisam poder, antes disso, distinguir entre o que é o bem e o que não é o bem (para eles): “Uma capacidade moral está no coração da construção de uma ordem (...) entre as pessoas, que devem se mostrar capazes de abstrair de suas particularidades para se entender a respeito de seus bens exteriores cuja lista e a definição são gerais”. É a moralidade em sua dimensão de afirmação de que, sendo sociais, somos inevitavelmente morais.

*

A observação da maneira como a agência pode ser mobilizada – prática e analiticamente – não como uma disposição incorporada previamente nos personagens da vida social e sim como aparato situado de efetivação de acordo com as condições localizadas permite ainda enxergar uma outra dimensão da questão do livre-arbítrio: no fundo, quase toda teoria da agência estrutural é uma teoria da agência individual controlada. As descrições que conferem à estrutura a primazia decisória precisam em geral partir de um mapeamento dos métodos utilizados pela – e o trabalho que dá para a – estrutura a fim de controlar a primazia decisória dos atores – individuais e/ou coletivos. Por essa leitura, a prioridade estrutural acaba por ser uma resultante bem-sucedida de uma operação sócio-historicamente localizada de dominação. Daí, uma forma bastante tradicional de descrever a moral é como dispositivo de contenção, ou seja, de forma de limitar a agência individual em favor da manutenção (e da actância) do coletivo. E daí uma vasta tradição tratar a moral como aparato de contenção e mesmo de controle – narrativas, por exemplo, como as de Durkheim (1975; 1995; 2003), com sua moral como aparato de coesão social por meio da doma dos individualismos mais egoístas e em favor da vida comum centrada nas funções sociais na divisão social do trabalho; Elias (1994), com seu processo civilizador centrado justamente na contenção, no recalque mesmo; ou Foucault (1989), com suas sociedades disciplinares e seus dispositivos de internalização da vigilância do poder. Nessa tradição, a moral é lida como um aparato a serviço da estrutura e a ação moral é representada por duas formas gerais, o *dever* e o *altruísmo*: ser bom corresponderia a ser bem-sucedido em momentos em que seria exigido abrir mão de seu bem em favor do bem do(s) outro(s) – individual (altruísmo) ou coletivo (o dever). Em ambos os casos, é de uma forma de potencialização da agência estrutural a fim de “domar” a agência pessoal que estamos falando e, segundo esse raciocínio, a moral seria entendida como aparato de redirecionamento da energia social.

Mas se adotamos o bem como princípio básico e seu direcionamento como variável analítica determinante da efetivação, chegamos a um modelo (WERNECK, 2012, pp. 267-316) que contempla um pluralismo de direcionamentos desse bem mais complexo que aquela dicotomia – contemplando *bem de si*, *bem do outro*, *bem comum* e *bem de todos*, além da própria rotina sem questionamento, que chamo de *tudo bem*. A moral surge aí não como dispositivo de contenção, mas, muito pelo contrário, como dispositivo de potencialização da agência, uma vez que ela se oferece não como a língua de quem impede de fazer algo e sim como a língua das estratégias segundo as quais se pode fazer algo. A desculpa pareceria ser uma prova exclusiva disso, já que por meio dela os atores podem dizer que não foram eles que, em primeira instância, decidiram pelo curso de ação tomado, o que resultou em uma situação cujas diferenças de grandeza não são efetiváveis, provando que, embora passemos nossas vidas tentando negar que nos controlem e reivindicando o direito de decisão, podemos muito bem, em um momento em que isso seja conveniente (THÉVENOT, 1990), aceitar um lapso momentâneo em que é a estrutura quem manda e dizer que não se é responsável pelo que fez. Além disso, como é a forma formal da circunstância, ela se mostra como um recurso para permitir acessar uma gama muito maior ações que poderiam ser acessadas se se seguisse estritamente o regramento das utopias morais (WERNECK, no prelo). Mas eis que a justificação faz o mesmo: ao se afirmar que se tinha controle, está-se provando uma capacidade de mobilizar princípios abstratos, metafísicas morais, de forma competente, conveniente, efetiva, o que igualmente comprova a dimensão

¹⁶ Tenho falado ainda em uma capacidade metapragmática, compondo a tríade cognitiva da moral. Essa terceira capacidade diz respeito a faculdade segundo a qual os atores conseguem perceber a distância entre gramáticas morais gerais e situações específicas e, com isso, conseguem operar *ad hoc* com as circunstâncias experimentadas de forma situada. Para mais a respeito, ver Werneck (2012, pp. 267-316).

dispositiva dessa agência individual, uma vez que ela será acessada como agência de escolha e operacionalização de conteúdos estabelecidos – e, em certa medida, “estruturados”.¹⁷

Se, então, *fazer o bem é olhar a quem* – já que é o direcionamento desse princípio o que determina a efetividade –, a sociologia da moral e a sociologia da agência (considerando que as retomemos a distinção entre elas, mas mesmo que unidas) ajudam a compreender um dado central para a compreensão da vida social: a atuação ativa, competente, seja ela mobilizada por meio da reivindicação da agência de si seja pela da estrutura, *dá trabalho*. Como lembram Callon e Latour (1981, pp. 202-283), o ator “precisa constantemente determinar quem é quem, quem é superior e quem é inferior, quem lidera o grupo e quem é seguidor e quem precisa se afastar para que ele passe. E tudo de que dispõe para ajudá-lo são conjuntos difusos cuja lógica é moldada para avaliar centenas de elementos”. A rigor, eles estão falando de babuínos. Mas, como de hábito no trabalho de Latour, não escapamos de um efeito dramático. Mas, na frase anterior, eles dizem que as sociedades desses primatas, em determinada descrição, lhes impõe uma vida “não menos difícil que a nossa vida como revelada pelos trabalhos etnometodológicos”, no que se segue essa descrição, moldada ao modelo de Garfinkel. Prefiro essa apresentação entre tantas outras da linhagem teórica sobre a qual nos debruçamos porque esta sublinha justamente o caráter *trabalhoso* da agência competente dos atores.

Pois o fato de sermos capazes de mobilizar tanto nossa agência quanto a de um ente muito maior que nós¹⁸ informa que a actância é um recurso ele próprio construído – ou pelo menos direcionado – situacionalmente. Pensados, então, como dispositivos, e tomados em um sistema de valoração¹⁹, esses dois polos são componentes da maneira como, por meio da administração moralmente lógica – e reflexiva, no sentido de as consequências das situações que dependem dos sentidos, mas indicam *a posteriori* a intenção dos atores (ANSCOMBE, 2000) –, colocamos a vida social em atividade, *fazemos* a vida social. Afinal, são eles quem nos permitem *fazer o bem*.

Referências

ABEND, Gabriel. “What’s New and What’s Old about the New Sociology of Morality”. In: HITLIN, Steven [e] VAISEY, Stephen (orgs). *Handbook of the Sociology of Morality*. Nova York, Springer, pp. 561-582.

ANSCOMBE, Gertrude M. (2000), *Intention*. Cambridge, Harvard University Press.

ARCHER, Margaret S. (2001), *Being Human: The Problem of Agency*. Cambridge (RU), Cambridge University Press.

¹⁷ Com isso, absolutamente não pretendo corroborar a tese de Giddens (1984) de uma “estruturação” mútua entre agente e estrutura ou a de Archer (2001; 2003) de uma conversação interna também em uma mútua determinação entre esses dois polos – nem as negar; não é esta a questão aqui. Estou apenas dizendo que as metafísicas morais recorrentemente mobilizadas pelos atores, podendo ser entendidas como representações, se apresentam na vida social como formas consolidadas, como aparatos formais e, por isso mesmo, dotados de (previsível e) considerável actância. Ela, entretanto, evidentemente não é oriunda de uma energia própria, e sim da memória dos próprios atores e da própria história, que as tornou reconhecidas e recorrentes. Para mais sobre essa história, ver Boltanski e sua discussão sobre utopias (1990b, 150-151).

¹⁸ Essa afirmação evidentemente parece partir da aceitação de uma diferença dimensional entre os atores micro e os macro, justamente aquela problematizada por Callon e Latour (1981) em sua teoria dos atores-rede, que respeito em sua problematização justamente do estatuto dimensional dos agentes (em especial o do empoderamento dos atores macro). Mas o ponto de partida aqui é o fato de que, independentemente da veracidade dessa partição dimensional e mesmo de seu processo de construção, os atores sociais tomam essas duas dimensões como representações nas quais depositam sua crença e sua oposição como um verdadeiro dado problemático da vida (Chateauraynaud, 2011) com o qual eles se confrontam (gerando toda uma gramática de confrontação), daí a construção da própria oposição ser um elemento extremamente relevante e que deve ser levado em consideração.

¹⁹ Do ponto de vista lógico, toda comparação valorativa pode ser convertida em uma dicotomia moral. Uma valoração é uma operação segundo a qual atribuímos uma “quantidade” (um... valor) de uma determinada substância, constituinte do valor em questão. Essa quantidade, entretanto, é relativa: existe na comparação com outra quantidade. Assim, por exemplo, pode-se falar de mais ou menos coragem, mais ou menos autocontrole, mais ou menos sensibilidade, mais ou menos de qualquer valor. Uma operação de julgamento moral, por sua vez, poderá facilmente tomar o ponto superior na escala do valor e o chamar de “positivo” ou simplesmente de “bom”. Uma vez que o relevante na comparação é a diferença e não os valores absolutos, ter “menos”, nessa comparação, independentemente de quanto se tenha, significará ter “nada”, o que levará esse polo a ser o “mau” na comparação – em outras palavras, por exemplo, em uma avaliação cuja competência a justiça, o mais justo será o correto e o menos sensível, o incorreto. Isso indica que a distribuição do bem é ela própria uma operação de modulação construtiva da actância.

- _____. (2003), *Structure, Agency and the Internal Conversation*. Cambridge (RU), Cambridge University Press.
- AUSTIN, John L. (1979 [1956-1957]), "A Plea for Excuses". In: *Philosophical Papers*. Londres, Oxford University Press.
- BECKER, Howard S. (2008 [1963]), *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- BENOIT, William L. (1995), *Accounts, Excuses, and Apologies: A Theory of Image Restoration Strategies*. Nova York, State University of New York Press.
- BOLTANSKI, Luc. (1990a), "Sociologie critique et sociologie de la critique". *Politix*, v. 3, n. 10-11, pp. 124-134.
- _____. (1990b), *L'amour et la justice comme compétences: Trois essais de sociologie de l'action*. Paris: Métailié.
- _____. (2004), *La condition fœtale: Une sociologie de l'engendrement et de l'avortement*. Paris: Gallimard.
- _____. (2009), *De la critique: Précis de sociologie de l'émancipation*. Paris: Gallimard.
- _____. [e] THÉVENOT, Laurent. (1983), "Finding One's Way in Social Space: A Study Based on Games". *Social Science Information*, v. 22, n. 4-5, pp. 631-679.
- _____. [e] THÉVENOT, Laurent. (1987), Les économies de la grandeur. *Cahiers du Centre d'Études de l'Emploi*, 31. Paris: PUF.
- _____. [e] THÉVENOT, Laurent. (1991), *De la justification: Les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard.
- _____. [e] THÉVENOT, Laurent. (1999), "The Sociology of Critical Capacity". *European Journal of Social Theory*, Vol. 2, n. 3, pp. 359-377.
- BREVIGLIERI, Marc; LAFAYE, Claudette [e] TROM, Danny. (2009), *Compétences critiques et sens de la justice: Colloque de Cerisy*. Paris: Economica.
- BRUBAKER, Rogers. (1984), *The Limits of Rationality: An Essay on the Social and Moral Thought of Max Weber*. Londres/Nova York, Routledge.
- CALLON, Michel [e] LATOUR, Bruno. (1981), "Unscrewing the Big Leviathan: How Actors Macro-Structure Reality and How Sociologists Help Them to Do so. In: KNORR-CETINA, Karin [e] CICOUREL, Aaron V. (orgs). *Toward an Integration of Micro- and Macro- Sociologies*. Boston e Londres, Routledge/Keegan Paul.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. (2002), *Direito legal e insulto moral: Dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Rio de Janeiro : NuAP/Relume Dumará.
- CEFAÏ, Daniel. (2007) *Pourquoi se mobilise-t-on? Les théories de l'action collective*. Paris: La Découverte.
- CHATEAURAYNAUD, Francis. (1991), *La faute professionnelle: Une sociologie des conflits de responsabilité*. Paris: Métailié.
- _____. (2011), *Argumenter dans un champ de forces: Essai de balistique sociologique*. Paris: Pétra.
- CICOUREL, Aaron V. *Method and Measurement in Sociology*. Nova York: The Free Press, 1964.
- COLLINS, Randall. "Micro-translation as a Theory-building Strategy". In: KNORR-CETINA, Karin [e] CICOUREL, Aaron (orgs). *Advances in Social Theory and Methodology: Towards an*

- Integration of Micro and Macro-Sociologies*. Londres: Routledge/Kegan Paul, 1981a, pp. 81-108.
- _____. “On the Micro-Foundations of Macro-Sociology”. *American Journal of Sociology*, n. 86, 1981b, pp. 984-1014.
- DE CERTEAU, Michel. (2000), *A invenção do cotidiano, Vol. 1: Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1994), *A invenção do cotidiano, Vol. 2: Morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes.
- DURKHEIM, Émile. (1975), *Textes 1: Eléments d’une théorie sociale*. Paris: Minuit.
- _____. (1995), *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2003), *Ética e sociologia da moral*. São Paulo: Landy.
- ELIAS, Norbert. (1994), *O processo civilizador, Vol. 1*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FOUCAULT, Michel. (1989), *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1994), *Dits et écrits 1954-1988, Tome III: 1976-1979*. Paris: Gallimard.
- GARFINKEL, Harold. (1963), “A Conception of, and Experiments with ‘Trust’ as a Condition of Stable Concerted Actions”. In: HARVEY, O. J. *Motivation and Social Interaction*. Nova York: Ronald Press, pp. 187-238.
- _____. (1967), *Studies in Ethnometodology*. Englewood Cliffs: The Free Press.
- GIDDENS, Anthony. (1984). *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- GOFFMAN, Erving. (1963), *Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity*. Nova York: Prentice Hall.
- GRAVES, Robert [e] PATAI, Rapahel. (1963), *Hebrew Myths: The Book of Genesis*. Londres: Cassel.
- HERITAGE, John C. (2011), “Etnometodologia”. In: GIDDENS, Anthony [e] TURNER, Jonathan. *Teoria social hoje*. São Paulo: Unesp.
- HONORÉ, Tony. (1999), *Responsibility and Fault*. Portland (EUA): Hart.
- JAMES, William. (1992), *William James: Writings 1878-1899: Psychology, Briefer Course; The Will to Believe; Talks to Teachers and Students; Essays*. Nova York: Library of America.
- _____. (1988), *William James: Writings 1902-1910: The Varieties of Religious Experience; Pragmatism; A Pluralistic Universe; The Meaning of Truth; Some Problems of Philosophy; Essays*. Nova York: Library of America.
- JOAS, Hans. (1996), *The Creativity of Action*. Chicago: The University of Chicago Press.
- JOSEPH, Isaac. (1984), *Le passant considérable*. Paris: Librairie des Méridiens.
- _____. (2000), *Erving Goffman e a microsociologia*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- KNORR-CETINA, Karin. (1981), “The Micro-Sociological Change of the Macro-Sociology: Towards a Reconstruction of Social Theory and Methodology”. In: KNORR-CETINA, Karin [e] Cicourel, Aaron V. (orgs). *Toward an Integration of Micro- and Macro- Sociologies*. Boston e Londres: Routledge/Keegan Paul.
- LATOUR, Bruno. (1985), *Pasteur, guerre contre les microbes*. Paris: Nathan.
- _____. (1997 [1987]), *Ciência em ação: Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afóra*. São Paulo: Unesp.
- _____. [e] WOOLGAR, Steve. (1979), *Laboratory Life: The Social Construction of Scientific Facts*. Nova York: Saze.
- MEAD, George Herbert. (1934), *Mind, Self, and Society*. Chicago: University of Chicago Press.

- MISSE, Michel. (1999), *Malandros, marginais e vagabundos: A acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese (doutorado em sociologia), Rio de Janeiro: IUPERJ.
- PEETERS, Hugues [e] CHARLIER, Philippe. (1999), "Contributions à une théorie du dispositif". *Hermès*, n. 25.
- PEIRCE, Charles S. (1992), *The Essential Peirce, Vol. 1: Selected Philosophical Writings (1867-1893)*. Bloomington (EUA): Indiana University Press.
- _____. (1998), *The Essential Peirce, Vol. 2: Selected Philosophical Writings (1893-1913)*. Bloomington (EUA): Indiana University Press.
- SCHÜTZ, Alfred. (1943), "The Problem of Rationality in the Social World". *Economica*, v. 10, n. 38, pp. 130-149.
- SCOTT, Marvin B. [e] LYMAN, Stanford M. (2008 [1968]), "Accounts". *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 1, n. 2, pp. 139-172.
- SIMMEL, Georg. (2009 [1908]), *Sociology: Inquiries into the Construction of Social Forms*. Leiden (Holanda)/Boston, Brill.
- THÉVENOT, Laurent. (1986), "Les investissements de forme". In: *Conventions Économiques: Cahiers du Centre d'Étude de l'Emploi*, 29. Paris: PUF.
- _____. (1990), "L'action qui convient". *Les formes de l'action*, pp. 39-69.
- _____. (1994), "Le régime de familiarité: Des choses en personnes". *Genèses*, n. 17, pp. 72-101.
- _____. (2006), *L'action au pluriel: Sociologie des régimes d'engagement*. Paris: La Découverte.
- THOMAS, William I. [e] THOMAS, Dorothy Swaine. (1938[1928]), *The Child In America: Behavior Problems And Programs*. Nova York : A. A. Knopf.
- THUDEROZ, Christian. (2010), *Qu'est-ce que négocier? Sociologie du compromis et de l'action réciproque*. Rennes : PU Rennes
- _____. [e] BOURQUE, Reynald. (2002), *Sociologie de la négociation*. Paris: La Découverte.
- WEBER, Max. (1946), *From Max Weber: Essays in Sociology*. Nova York: Oxford University Press
- _____. (1994 [1910]), *Economia e sociedade*, v. 1. Brasília: Editora UnB.
- _____. (1999 [1921]), *Economia e sociedade*, v. 2. Brasília: Editora UnB.
- _____. (2001 [1904]), "A 'objetividade' do conhecimento na ciência social e na ciência política". In: *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez.
- WERNECK, Alexandre. (2012), *A desculpa: As circunstâncias e a moral das relações sociais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2013), "Rotulação, teoria da ('Labeling theory'/teoria do 'etiquetamento') (verbe-te)". In: RATTON, José Luiz; LIMA, Renato Sérgio de [e] AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (orgs), *Crime, polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto/FBSP.
- _____. (No prelo), "A força das circunstâncias: Sobre a metapragmática das situações". In: VANDENBERGHE, Frederic [e] VÉRAN, Jean-François (orgs). *A teoria social pós-bourdieuiana*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- WRIGHT MILLS, Charles. (1940), "Situating Actions and Vocabularies of Motive". *American Sociological Review*, v. 5, n. 6, pp. 904-913.
- _____. (1966), *Sociology and Pragmatism: The Higher Learning in America*. Nova York: Galaxy.

*

Abstract: The aim of this paper is to analyze the role of agency – pragmatically described as *actancy* – in the sociology of morals. Although *interpretive* theories about morality focus on the decision-making capacity of the actors towards their own actions as a basic anthropological feature another dimension of moral capacity proves especially relevant: the use of agent's agency and structure's agency rather as devices than as dispositions. And since it is devices, it can be deployed, as the situated grammars of social life prove it is necessary and convenient. In this framework, two classic devices of social accountability, justification and excuse, can be understood not only as linguistical devices but also as indexes of each of those agencies, conveniently operable, be the situation proper to universality (justification, focused on individual agency) or to circumstance (excuse, focused on the agency of an agent other than the individual). This shifts the classical dichotomy agent-structure into a pair of moral devices for effectuation based on the situated shift of the center of decision-making about the actions/situations. **Keywords:** sociology of morals, agency, accounts, effectuation

